

sistema informático de suporte à execução orçamental. Sistema de Informação Financeira (SIF), com os n.os 1802204623, 1802204625, 1802204624, 2802206719, 2802206721 e 2802206720, respetivamente.

Presidência do Governo Regional. - O PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL, Miguel Filipe Machado de Albuquerque

Resolução do Conselho do Governo Regional n.º 1365/2022

Sumário:

Aprova o Regulamento do “Programa para a Promoção de uma Gestação Saudável”, com vista ao reembolso das despesas com a aquisição de suplementos na gravidez.

Texto:

Resolução n.º 1365/2022.

Considerando que o Governo Regional, ao longo dos tempos, tem vindo a procurar encontrar formas de apoio aos progenitores que nos primeiros anos de vida do seu beb  têm um acréscimo das despesas familiares;

Considerando que se torna ainda necessário acautelar e apoiar as gestantes, precavendo situações que possam contribuir para partos prematuros, anemias e defeitos de desenvolvimento do nascituro;

Considerando que de acordo com o Programa do XIII Governo Regional da Madeira, uma das funções primordiais na área da saúde é “promover os hábitos de vida saudáveis, alimentares e de ingestão de nutrientes vitais para a saúde humana”;

Considerando que, desta forma, importa apostar numa promoção assertiva de uma alimentação saudável e equilibrada, nas fases de preconceç o, gravidez e amamentação, sendo esta um dos aspetos essenciais para uma gravidez bem-sucedida e um beb  saudável, evitando o posterior risco de desenvolvimento de patologias;

Considerando que, ainda que com uma alimentação equilibrada, não   possível garantir que o organismo de cada gestante absorva todos os nutrientes necessários para o desenvolvimento saudável do feto, pelo que se torna necessário recorrer à suplementação nutricional na gravidez;

Considerando que a própria Direção-Geral da Saúde, através do programa nacional para a Promoção da Alimentação Saudável - Alimentação e Nutrição na Gravidez, recomenda o aumento nutricional de determinadas vitaminas, nomeadamente, o ácido fólico, que desempenha um papel chave na redução do risco de desenvolvimento de malformações do tubo neural do beb , e o suplemento em iodo, que ajuda a evitar a hipotiroidismo pós-parto, mortalidade perinatal, malformações cong nitas, hipotiroidismo neonatal e comprometimento do desenvolvimento neuro-cognitivo fetal;

Considerando que a falta de suplementação nutricional na gestação tem consequências, quer para a saúde da mãe, quer para a do nascituro, pelo que urge contribuir com apoios na dispensa de nutrientes para uma gravidez salutar, contributo esse que irá auxiliar uma geração futura mais saudável, e, conseqüentemente, uma menor frequência aos hospitais, diminuindo, assim, a sobrecarga no Serviç o Regional de Saúde da Região Aut noma da Madeira;

Considerando que, desta forma, e de modo a proporcionar o ambiente nutricional e alimentar materna o mais favorável possível, que corresponda às recomendações energéticas e nutricionais para as diferentes fases do desenvolvimento da gravidez e da crianç a, bem como a correção dos défices nutricionais identificados na população da Região Aut noma da Madeira, de forma a garantir, não só, o bom desenvolvimento e crescimento das próximas gerações, como também um incentivo à natalidade, importa proceder à atribuição de um apoio financeiro para a aquisição de suplementos nas farmácias, através da criação do “Programa para a Promoção de uma Gestação Saudável”;

Considerando que o Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM, tem por missão apoiar a definição das políticas, prioridades e objetivos para o setor da saúde, em especial, coadjuvando a Secretaria Regional de Saúde e Proteção Civil nas funções de avaliação, regulamentação, planeamento, financiamento e orientação no Sistema Regional de Saúde;

Considerando que o presente “Programa para a Promoção de uma Gestação Saudável” é uma medida de apoio que tem por fito efetuar o reembolso nas despesas com a aquisição de suplementos na gravidez às mulheres em fase de preconceç o, gravidez e amamentação, residentes na Região Aut noma da Madeira.

O Conselho do Governo reunido em plenário em 28 de dezembro de 2022, ao abrigo do disposto na  lnea d) do artigo 69.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Aut noma da Madeira, aprovado pela Lei n.º 13/91, de 5 de junho, e revisto pelas Leis n.ºs 130/99, de 21 de agosto e 12/2000, de 21 de junho resolve:

- 1 - Aprovar o Regulamento do “Programa para a Promoção de uma Gestação Saudável”, com vista ao reembolso das despesas com a aquisição de suplementos na gravidez, que se publica em anexo   presente Resolução e que dela faz parte integrante.
- 2 - O presente Regulamento entra em vigor a partir da data da sua publicação.
- 3 - A despesa emergente do Programa relativa ao ano econ mico de 2023 será suportada pelo orçamento privativo do Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM, na classificação econ mica 02.01.10, na fonte de financiamento 381, e nos anos seguintes por verbas adequadas a inscrever no orçamento do mesmo organismo.

Presidência do Governo Regional. - O PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL, Miguel Filipe Machado de Albuquerque

ANEXO
Regulamento do “Programa para a Promoção de uma Gestação Saudável”Capítulo I
Disposições geraisArtigo 1.º
Objeto e âmbito

1. O presente Regulamento define, nos termos nele previstos, as condições de atribuição de reembolso nas despesas com a aquisição de suplementos na gravidez no âmbito do “Programa para a Promoção de uma Gestação Saudável”, doravante Programa.
2. As beneficiárias do Programa têm direito ao reembolso do valor de aquisição dos suplementos em iodeto de potássio e em ácido fólico a 100%.

Artigo 2.º
Beneficiárias

Consideram-se beneficiárias do presente Programa as mulheres em fase de preconcepção, gravidez e amamentação, residentes na Região Autónoma da Madeira e inscritas no Centro de Saúde da área da sua residência.

Artigo 3.º
Concessão de reembolso

A cada beneficiária é concedido o reembolso de:

- a) Suplemento de iodeto de potássio, para as beneficiárias em fase de preconcepção, gravidez e amamentação;
- b) Suplemento de ácido fólico, para as beneficiárias em fase de preconcepção e durante o primeiro trimestre de gravidez (em situações clínicas específicas, poderá ser mantido o suplemento durante toda a gravidez).

Artigo 4.º
Condições de atribuição do reembolso

1. Para usufruir do reembolso ao abrigo do presente Programa, a beneficiária deve deslocar-se ao Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM (IASAÚDE, IP-RAM), munida dos seguintes documentos originais:
 - a) Prescrição médica ou guia de tratamento que deverá conter:
 - i) Identificação da beneficiária (nome e número de utente);
 - ii) Identificação do médico e local da prescrição;
 - iii) Descrição do(s) suplemento(s);
 - b) Declaração do médico assistente atestando a gravidez ou a necessidade do suplemento, contendo o período do tratamento;
 - c) Fatura/recibo da aquisição do suplemento emitida pela farmácia;
 - d) Documento emitido pelo Centro de Saúde onde se encontra inscrito;
 - e) Cartão de cidadão onde conste o número de utente;
 - f) Documento com o número de identificação bancária (NIB) da beneficiária.
2. Sempre que a beneficiária não possua conta bancária em seu nome, poderá autorizar a transferência do reembolso da sua despesa para a conta bancária de outrem, mediante o preenchimento de declaração modelo, criada para o efeito.
3. Só são reembolsáveis a aquisição de suplementos cujos documentos de despesa sejam apresentados no prazo de 6 (seis) meses a contar da data da sua aquisição, exceto nos casos em que as beneficiárias comprovem, inequivocamente, que o incumprimento daquele prazo se deveu a causas que não lhes são imputáveis.

Capítulo II
Gestão, reembolso e encargosArtigo 5.º
Gestão do Programa

1. O IASAÚDE, IP-RAM é a entidade responsável pela gestão do presente Programa, bem como assume o compromisso de apoiar financeiramente o mesmo.
2. No âmbito do presente Regulamento, o tratamento de dados pessoais das beneficiárias, obedece ao estabelecido no Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (RGPD).

Artigo 6.º
Reembolso

1. Compete ao IASAÚDE, IP-RAM o pagamento a 100% dos suplementos descritos no artigo 3.º.
2. O reembolso é realizado por transferência bancária após o cumprimento dos requisitos necessários para o mesmo.

Capítulo III
Disposições Finais**Artigo 7.º**
Fiscalização

1. O IASAÚDE, IP-RAM, pode, em qualquer altura, requerer ou diligenciar pela obtenção, por qualquer meio, de prova idónea, comprovativo da veracidade das declarações apresentadas pelas beneficiárias.
2. A comprovada prestação de falsas declarações implica, para além do respetivo procedimento criminal, a devolução do montante recebido ao abrigo do presente Programa.

Artigo 8.º
Vigência

O presente Regulamento tem um prazo de validade de 3 (três) anos, a contar da data da sua publicação, sendo renovável mediante Resolução do Conselho de Governo.

Artigo 9.º
Fundos disponíveis

A atribuição do apoio previsto no presente Regulamento é revista anualmente, ficando condicionada à existência de fundos.

Artigo 10.º
Dúvidas e omissões

As dúvidas e omissões resultantes da aplicação do presente Regulamento serão resolvidas por Deliberação do Conselho Diretivo do IASAÚDE, IP-RAM.

Resolução do Conselho do Governo Regional n.º 1366/2022**Sumário:**

Extingue, com efeitos a partir do dia 31 de dezembro de 2022, a estrutura de missão “INVEST MADEIRA - INTERNACIONALIZAÇÃO E INVESTIMENTO EXTERNO”.

Texto:

Resolução n.º 1366/2022.

Considerando que a Secretaria Regional de Economia tem por missão, entre outras, o fomento do empreendedorismo, competitividade e inovação empresarial, bem como a promoção e captação de investimento privado e internacionalização empresarial;

Considerando que a Resolução n.º 787/2016, de 31 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelas Resoluções n.ºs 319/2018, de 25 de maio e 15/2020, de 21 de janeiro, criou uma estrutura de missão, denominada “INVEST MADEIRA-INTERNACIONALIZAÇÃO E INVESTIMENTO EXTERNO”, com o intuito de multiplicar, sistematizar e reforçar os contactos com investidores e capitais estrangeiros, e abrir novas oportunidades de negócio para os produtos e empresas madeirenses no mundo;

Considerando a Resolução n.º 1009/2022, de 25 de outubro, que prorrogou pelo prazo de um ano a vigência da estrutura de missão “INVEST MADEIRA - INTERNACIONALIZAÇÃO E INVESTIMENTO EXTERNO”;

Considerando que a Resolução n.º 39/2020, de 14 de fevereiro, mandatou o Secretário Regional de Economia para encetar todas as diligências necessárias à criação de uma associação de direito privado, visando a promoção e valorização do tecido empresarial regional e o fortalecimento da sua atividade nos mercados interno e internacionais, bem como a captação de investimentos nacionais ou estrangeiros;

Considerando que através da Resolução n.º 959/2022, de 11 de outubro, o Conselho do Governo aprovou a minuta dos estatutos da futura associação de direito privado denominada INVEST MADEIRA - AGÊNCIA PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO, que visará a promoção e valorização da Região Autónoma da Madeira como destino de investimento;

Considerando que aquela associação foi formalmente constituída em cartório notarial no passado dia 16 de dezembro;

Considerando que se mostram assim esgotados os objetivos definidos no n.º 2 da Resolução n.º 787/2016, de 31 de outubro;

Assim, o Conselho do Governo reunido em plenário em 28 de dezembro de 2022, resolve:

Extinguir, com efeitos a partir do dia 31 de dezembro de 2022, a estrutura de missão “INVEST MADEIRA - INTERNACIONALIZAÇÃO E INVESTIMENTO EXTERNO”.

Presidência do Governo Regional. - O PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL, Miguel Filipe Machado de Albuquerque